

KIYOSHI HARADA

DIREITO
FINANCEIRO
e TRIBUTÁRIO



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 11.03.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editores Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Al. Arapoema, 659, sala 05, Tamboré
Barueri – SP – 06460-080
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

H229d
Harada, Kiyoshi

Direito financeiro e tributário / Kiyoshi Harada. – 30. ed. – São Paulo: Atlas, 2021.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-59-77001-4

1. Direito financeiro – Brasil. 2. Direito tributário – Brasil. I. Título.

21-69811

CDU: 347.73:351.71(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

PARTE I DIREITO FINANCEIRO.....	1
1 INTRODUÇÃO	3
1.1 Conceito de atividade financeira do Estado.....	3
1.2 Fins da atividade financeira	4
1.2.1 Serviços públicos	5
1.2.2 Poder de polícia	6
1.2.3 Intervenção no domínio econômico.....	8
1.3 Ciência das finanças e o estudo da atividade financeira sob o enfoque econômico	15
2 DIREITO FINANCEIRO.....	17
2.1 Conceito e objetos do direito financeiro	17
2.2 Autonomia do direito financeiro	18
2.3 Relacionamento com os demais ramos do direito.....	20
3 DESPESAS PÚBLICAS.....	22
3.1 Conceito.....	22
3.2 Necessidades das despesas públicas.....	25
3.3 Classificação das despesas públicas	26
3.4 Execução das despesas públicas.....	27
3.4.1 Pagamento de precatório	31
3.5 Execução de despesas extraordinárias	41
3.6 Despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal	43

XVIII DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO • HARADA

4 RECEITAS PÚBLICAS.....	44
4.1 Conceito.....	44
4.2 Classificação das receitas públicas	46
4.2.1 Receitas originárias.....	48
4.2.1.1 Conceito	48
4.2.1.2 Modalidades de receitas originárias segundo as fontes..	49
4.2.1.3 Princípios constitucionais concernentes a empresas estatais	50
4.2.1.4 Teoria sobre preços públicos. Sua distinção com as taxas.....	52
4.2.1.5 Pedágio e sua natureza jurídica	56
4.2.2 Receitas derivadas	58
4.2.2.1 Conceito	58
4.2.2.2 Espécies de tributos	59
4.2.2.3 Princípios constitucionais tributários	59
4.2.2.4 Repartição das receitas tributárias	59
4.2.2.5 Regras concernentes à repartição das receitas.....	61
4.2.2.6 Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal	69
4.2.3 Multa	71
4.3 Compensação financeira.....	71
4.3.1 Generalidades.....	71
4.3.2 Sua instituição legal	72
4.3.3 Sua natureza jurídica	76
4.4 Receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal	79
5 ORÇAMENTO.....	80
5.1 Conceito.....	80
5.2 Natureza jurídica do orçamento	84
5.3 Processo legislativo	85
5.4 Aspectos políticos do orçamento.....	91
5.5 Aspectos econômicos do orçamento.....	92
5.6 Princípios orçamentários.....	93
5.6.1 Princípio da exclusividade	94
5.6.2 Princípio da programação	94
5.6.3 Princípio do equilíbrio orçamentário	95
5.6.4 Princípio da anualidade	96
5.6.5 Princípio da unidade.....	97
5.6.6 Princípio da universalidade.....	97

5.6.7	Princípio da legalidade	98
5.6.8	Princípio da transparência orçamentária	98
5.6.9	Princípio da publicidade orçamentária	99
5.6.10	Princípio da não vinculação de receita de impostos	100
5.6.11	Princípio da especialidade dos incentivos fiscais	102
5.6.12	Princípio da responsabilidade na gestão fiscal	103
5.6.13	Outros princípios	104
5.7	Leis orçamentárias	111
5.7.1	Orçamento plurianual	112
5.7.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias	113
5.7.3	Orçamento anual	115
5.7.3.1	Orçamento autorizativo	117
5.7.3.2	Orçamento impositivo.....	122
5.7.3.3	Restos a pagar.....	129
5.7.3.4	Contingenciamento de verbas orçamentárias	134
5.7.4	Lei complementar. Lei nº 4.320, de 17-3-1964.....	137
5.7.5	Instituição de fundos.....	139
5.7.6	Atentados à lei orçamentária e crime de responsabilidade.....	143
5.8	Fiscalização e controle dos orçamentos.....	150
5.8.1	Tipos de controle.....	156
5.8.1.1	Controle interno	156
5.8.1.2	Controle externo.....	158
5.8.1.3	Controle privado.....	160
5.9	Tribunal de Contas da União	162
5.9.1	Introdução	162
5.9.2	Composição	163
5.9.3	Atribuições.....	164
5.10	Tribunais de contas nos Estados e nos Municípios.....	171
5.11	Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.....	173
6	CRÉDITO PÚBLICO.....	178
6.1	Conceito.....	178
6.2	Evolução histórica	181
6.3	Classificação do crédito público.....	182
6.3.1	Empréstimo perpétuo e empréstimo temporário.....	182
6.3.2	Dívida pública flutuante e dívida pública fundada	182
6.3.3	Empréstimos internos e empréstimos externos	183
6.3.4	Créditos compulsórios e créditos voluntários.....	184
6.3.5	Classificação constitucional.....	186

XX DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO • HARADA

6.3.6	Vinculação da receita de impostos.....	186
6.4	Crédito forçado	194
6.4.1	Técnicas do crédito involuntário.....	194
6.4.2	Utilização de fundos de estabelecimentos.....	194
6.4.3	Papel-moeda.....	195
6.4.4	Inflação sistemática.....	196
6.5	Crédito voluntário.....	197
6.5.1	Prêmios de reembolso	198
6.5.2	Juros progressivos.....	198
6.5.3	Moeda e empréstimos indexados.....	198
6.5.4	Títulos da dívida pública	199
6.5.5	Lotos.....	200
6.5.6	Conversão	200
6.6	Crédito público na Constituição Federal	201
6.7	Crédito externo. Considerações gerais	204
6.7.1	FMI e Birde	206
6.8	Dívida externa brasileira	207
6.9	Banco Central e finanças públicas.....	211
7	DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR.....	215
7.1	Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 Excertos.....	215
7.2	Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 Excertos	232
7.3	Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.....	243
7.4	Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.....	250
7.5	Resoluções do Senado Federal.....	262
7.5.1	Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001	262
7.5.2	Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001	264
7.5.3	Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007	288
7.6	Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Excertos.....	297
7.7	Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000	340
	PARTE II – DIREITO TRIBUTÁRIO.....	343
8	INTRODUÇÃO	345
8.1	Evolução do fenômeno da tributação.....	345
8.2	Conceito de direito tributário	346
8.3	Autonomia do direito tributário.....	347
8.4	Relações do direito tributário com outros ramos do direito.....	348
8.5	Fontes do direito tributário.....	348

8.5.1	Fontes materiais	348
8.5.2	Fontes formais	349
8.5.2.1	Normas constitucionais e emendas constitucionais	349
8.5.2.2	Leis complementares	350
8.5.2.3	Leis ordinárias	350
8.5.2.4	Leis delegadas	350
8.5.2.5	Medidas provisórias	351
8.5.2.6	Decretos legislativos	352
8.5.2.7	Resoluções	353
8.5.2.8	Tratados e convenções internacionais	353
8.5.2.9	Decretos	355
8.5.2.10	Fontes formais secundárias	356
9	SISTEMA TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO	357
9.1	Generalidades	357
9.2	Tributos	358
9.2.1	Definição de tributos. Sua natureza jurídica	358
9.2.2	Espécies de tributos	361
9.2.2.1	Impostos	361
9.2.2.2	Taxas	362
9.2.2.3	Contribuição de melhoria	364
9.2.2.4	Empréstimos compulsórios	366
9.2.2.5	Contribuições sociais	367
9.2.2.5.1	Contribuições sociais do art. 149 da CF.....	370
9.2.2.5.1.1	Contribuições sociais de intervenção do domínio econômico	372
9.2.2.5.1.2	Contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas	376
9.2.2.5.1.3	Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública	381
9.2.2.5.2	Contribuições sociais do art. 195 da CF.....	382
9.2.2.5.2.1	Contribuições sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho	385
9.2.2.5.2.2	Contribuições sociais sobre o faturamento	397
9.2.2.5.2.3	Contribuição social sobre o lucro	409

9.2.2.5.2.4	Contribuição dos trabalhadores.....	414
9.2.2.5.2.5	Contribuição sobre receita de concursos de prognósticos.....	415
9.2.2.5.2.6	Contribuição ao PIS/Pasep-importação e Cofins-importação	415
9.2.2.5.2.7	Contribuição do Funrural	418
9.2.2.5.3	Emendas Constitucionais nºs 20/98, 45/04 e 47/05	421
9.2.2.5.4	Contribuição social dos servidores públicos.....	423
9.2.2.5.5	Contribuição social do salário-educação ...	433
9.2.2.5.6	Contribuição para o seguro de acidentes do trabalho.....	435
9.2.2.5.6.1	Adicional da contribuição de risco de acidente do trabalho..	438
9.2.2.5.7	Contribuições sociais sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	439
9.3	Competência tributária	442
9.3.1	Discriminação de rendas tributárias	443
9.3.2	Limitações constitucionais do poder de tributar	444
9.3.2.1	Princípio da legalidade tributária.....	447
9.3.2.2	Princípio da anterioridade e princípio da nonagesimidade.....	448
9.3.2.3	Princípio da isonomia tributária.....	451
9.3.2.4	Princípio da capacidade contributiva	452
9.3.2.5	Princípio da vedação de efeitos confiscatórios	453
9.3.2.6	Princípio da imunidade recíproca.....	456
9.3.2.7	Princípio da imunidade genérica e específica	458
9.3.2.7.1	Imunidade genérica de impostos.....	458
9.3.2.7.2	Imunidade da contribuição social para a seguridade social.....	466
9.3.2.7.3	Imunidade da contribuição social sobre o lucro líquido.....	469
9.3.2.8	Princípio da imunidade de tráfego interestadual e intermunicipal.....	470
9.3.2.9	Princípio da uniformidade de tributo federal em todo o território nacional.....	471
9.3.2.10	Princípio da uniformidade de tributo estadual ou municipal quanto à procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza.....	472

9.3.2.11	Princípio da igualdade de tratamento dos títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal e dos vencimentos pagos pelas três entidades políticas.....	473
9.3.2.12	Princípio da imunidade do imposto sobre a renda relativamente a proventos de aposentadoria e pensão percebidos por pessoas com idade superior a 65 anos..	473
9.3.2.13	Princípio da vedação de a União decretar isenção de impostos das entidades periféricas	475
9.3.2.14	Princípio da imunidade de pequenas glebas rurais	475
9.3.2.15	Princípio da transparência tributária.....	476
9.3.2.16	Princípios implícitos.....	477
	9.3.2.16.1 Princípio da razoabilidade	478
	9.3.2.16.2 Princípio da eficiência.....	480
	9.3.2.16.3 Princípio da segurança jurídica	480
	9.3.2.16.4 Princípio da proteção da confiança	481
	9.3.2.16.5 Do dever de pagar impostos	482
9.4	Impostos da União	485
9.4.1	Imposto de importação e imposto de exportação	486
9.4.2	Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza	488
9.4.3	Imposto sobre produtos industrializados	503
9.4.4	Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários	513
9.4.5	Imposto sobre a propriedade territorial rural.....	517
9.4.6	Imposto sobre grandes fortunas	521
9.4.7	Impostos extraordinários	522
9.4.8	Impostos inominados	522
9.4.9	Imposto provisório sobre movimentação financeira	522
9.5	Impostos estaduais	527
9.5.1	Imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos.....	528
9.5.2	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação	537
9.5.3	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores	584
9.5.4	Adicional do imposto sobre a renda	588
9.6	Impostos municipais.....	588
9.6.1	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	588
9.6.2	Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i> , a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.....	596

XXIV DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO • HARADA

9.6.3	Imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel.....	603
9.6.4	Imposto sobre serviços de qualquer natureza.....	603
9.6.4.1	Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.....	610
9.7	Regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte ...	652
9.8	Lei Complementar nº 174, de 5 de agosto de 2020.....	661
10	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	665
10.1	Leis, tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares.....	665
10.1.1	Leis.....	665
10.1.2	Tratados e convenções internacionais.....	666
10.1.3	Decretos.....	668
10.1.4	Normas complementares.....	668
10.2	Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária...	669
10.2.1	Vigência da legislação tributária	669
10.2.2	Aplicação da legislação tributária.....	669
10.2.3	Interpretação da legislação tributária.....	671
10.2.4	Integração da legislação tributária	672
11	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	677
11.1	Definição e espécies.....	677
11.2	Elementos da obrigação tributária.....	678
11.2.1	Lei.....	678
11.2.2	Fato gerador.....	678
11.2.2.1	Elemento objetivo do fato gerador	680
11.2.2.2	Aspecto subjetivo do fato gerador.....	680
11.2.2.3	Aspecto quantitativo do fato gerador.....	684
11.2.2.4	Aspecto espacial do fato gerador	685
11.2.2.5	Aspecto temporal do fato gerador	685
11.2.3	Fatos geradores confrontantes.....	686
11.3	Responsabilidade tributária	687
11.3.1	Princípio e requisitos.....	687
11.3.2	Responsabilidade dos sucessores.....	689
11.3.3	Responsabilidade de terceiros	692
11.3.4	Responsabilidade por infrações.....	697
11.3.5	Denúncia espontânea.....	700
12	CRÉDITO TRIBUTÁRIO	701
12.1	Conceito e natureza jurídica	701

12.2	Constituição do crédito tributário pelo lançamento	702
12.2.1	Lançamento direto	705
12.2.2	Lançamento misto	705
12.2.3	Lançamento por homologação	706
12.3	Suspensão do crédito tributário	709
12.3.1	Moratória	710
12.3.2	Depósito do montante integral do crédito	712
12.3.3	Reclamações e recursos administrativos	713
12.3.4	Concessão de liminar em mandado de segurança	713
12.3.5	Parcelamento	713
12.4	Extinção do crédito tributário	723
12.4.1	Pagamento	724
12.4.2	Demais modalidades	725
12.4.2.1	Compensação	726
12.4.2.2	Transação	730
12.4.2.3	Remissão	732
12.4.2.4	Prescrição e decadência	733
12.4.2.5	Conversão de depósito em renda	749
12.4.2.6	Pagamento antecipado e homologação do lançamento, nos termos do disposto no art. 150, §§ 1º e 4º	750
12.4.2.7	Consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do art. 164	750
12.4.2.8	Decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória	751
12.4.2.9	Decisão judicial passada em julgado	751
12.4.2.10	Dação em pagamento em bens imóveis	752
12.5	Exclusão de crédito tributário	753
12.5.1	Isenção	753
12.5.2	Anistia	756
12.6	Garantias e privilégios do crédito tributário	757
13	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	764
13.1	Considerações gerais	764
13.2	Fiscalização	767
13.2.1	Sigilo bancário	771
13.3	Dívida ativa	778
13.4	Certidões negativas	780

XXVI DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO • HARADA

14 PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	784
14.1 Considerações gerais	784
14.1.1 Normas básicas sobre o processo administrativo.....	786
14.2 Processo administrativo tributário federal	787
14.3 Processo administrativo tributário estadual.....	797
14.4 Processo administrativo tributário municipal	801
14.5 Consulta em matéria tributária.....	803
14.6 Revisão judicial de decisão administrativa contrária à Fazenda.....	805
15 PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.....	816
15.1 Considerações gerais	816
15.1.1 Tutela de urgência.....	817
15.2 Execução fiscal	820
15.3 Ação anulatória em matéria fiscal.....	827
15.4 Ação de repetição de indébito	828
15.5 Ação declaratória em matéria fiscal	834
15.6 Ação de consignação em pagamento	835
15.7 Mandado de segurança	836
15.8 Medidas cautelares em matéria fiscal.....	842
15.9 Ação direta de inconstitucionalidade	843
15.10 Ação declaratória de constitucionalidade.....	848
15.11 Medida cautelar fiscal	850
16 PUNIBILIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	852
16.1 Ilícito tributário.....	852
16.2 Direito tributário penal e direito penal tributário.....	853
16.2.1 Representação fiscal para fins penais.....	858
16.3 Crimes tributários	862
16.3.1 Lei nº 4.729/65	862
16.3.2 Lei nº 8.137/90	863
16.4 Extinção da punibilidade.....	867
16.4.1 Retroatividade da lei benigna.....	867
16.4.2 Anistia	870
16.4.3 Evolução legislativa.....	875
16.4.4 Extinção da punibilidade pelo pagamento do tributo a qualquer tempo	876
16.5 A questão da prejudicialidade da ação penal.....	880
16.6 Considerações finais	882

17 SÚMULAS DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	887
17.1 Súmula vinculante	887
17.2 Súmulas do Supremo Tribunal Federal	890
17.2.1 Súmulas vinculantes do STF	904
17.3 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	906
BIBLIOGRAFIA	917
ÍNDICE REMISSIVO	921